Educação

Education

Reisado, [S.d.]
Three Kings Feast, [undated]

Education

Priscila Rossinetti Rufinoni¹

Education: achievements and challenges

In the analysis of comparative data, Table 6.4, which refers to the public and private education systems, may be the one that better explains the overall structure of education in Brazil. Figures are compelling. From early childhood to high school, the participation of public education in national school life ranges between 72% and 78%, or 87% (in the case of daycare centers and pre-school). It may reach more than 90% where access to high school in areas such as the North and Northeast Regions is concerned. These figures evidence the importance of the public education structure, in which the great capacity for cooperation between the Federation, states and municipalities paves the way to accessibility and, thus, makes quantitative and qualitative changes possible. Figures also show the importance of public programs in areas where the education deficit hits its peak in relation to the entire country. Only at higher levels is there a significant participation of the private initiative, with an inversion of the aforementioned proportion: 73.8% of the access to higher education comes from private institutions. Nevertheless, participation is not equally distributed over the Federation, swinging around nine percentage points when we compare the Major Regions, and a more significant contribution from the South, Southeast and

¹ PhD in Philosophy from the University of São Paulo (USP), professor at the University of Brasília (UnB).

Educação

Priscila Rossinetti Rufinoni¹

Educação: conquistas e desafios

Na análise dos quadros comparativos, a Tabela 6.4, relativa às redes pública e privada de ensino talvez seja a que mais elucida a estrutura geral da educação brasileira. Os números são contundentes. Da primeira infância ao nível médio, a participação do ensino público na vida escolar nacional oscila entre 72% e 78%, (no caso de creches e ensino pré-escolar) a 87%. Essa incidência pode saltar para mais de 90%, no caso do acesso ao ensino médio em regiões como Norte e Nordeste. Os números expõem a importância dessa estrutura pública de ensino, na qual a ampla capilaridade cooperativa entre Federação, estados e municípios atua para criar a acessibilidade capaz de possibilitar os implementos quantitativos e qualitativos. Esses números explicitam, ainda, qual a importância dos programas públicos em regiões nas quais os déficits na área educacional são mais acentuados em relação ao todo do País. Apenas nos níveis superiores, há uma significativa participação da iniciativa privada, invertendo a proporção: 73,8 % do acesso aos níveis superiores de formação provém de instituições privadas. Essa participação, porém, não se mantém igual por toda a Federação, oscilando em nove pontos percentuais se compararmos as regiões, com presença mais expressiva nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. São elementos que iluminam, tal como uma epígrafe, os dados que analisaremos a seguir.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Universidade de Brasília (UnB).

Central-West. Like an epigraph, these elements shed some light on the data analyzed below.

The first analysis, based on Table 6.1, refers to the challenge of eradicating illiteracy. There was a significant increase in eradication rates between the generation that is now aged 60 and the following one. The rate decreases by 9.4 percentage points, recording an even more significant drop among the female population, 11 percentage points. As we consider that this population group was born around the 1960s and reached the school age in 1967-1970, that significant mark is probably due to the intensification of urbanization processes which started in 1950, and the subsequent access to more cultural and educational facilities. Also relevant was the implementation of several programs, such as the Basic Education Movement (MEB) (1960), the Popular Culture Movement (MCP) (1961) and the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) (1967). The rates were still in decline, but the percentage records decrease, from 3.3 to 2.7 and from 1.4 to 0.2 and 0.3 percentage points, between the generations. The rate is close to zero among adolescents, and amounts to 6.6%, for the population 15 years of age and over. According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), 6.6% is equivalent to more than 13 million persons.

As a complement to the table, data in Graph 6.1 show a very significant discrepancy when the illiteracy rates of the South and Southeast are compared to those of the North and Northeast. The Northeast Region alone has 13.9 percentage points of illiteracy among persons above 15 years of age, versus 3.3 in the South and Southeast. Thus, the total Brazilian average of 6.6 percentage points conceals huge regional inequalities in terms of the minimum access to schooling.

The average years of schooling of the Brazilian population – with slightly higher indexes among the female population – is of 9.3. Table 6.2 points to a significant rise in the years of schooling of the young generations aged between 19 and 25, indicating an upward trend.

Such a difference seems to be an immediate result of changes effected by Law 11,274, of February 6, 2006. It states, in Article 32, that compulsory elementary education will last 9 years, being free in public schools, and starting at the age of six (BRASIL, 2006).

Considering that the generation now aged 19-25 reached the school age between the years 2002 and 2007, another aspect worthy of notice accounting for that curve are social programs that make

A primeira questão a analisar, a partir da Tabela 6.1, diz respeito ao desafio de erradicar o analfabetismo. Houve um significativo ganho nas taxas de erradicação entre a geração que atualmente está na faixa dos 60 anos para a seguinte. A taxa decresce 9,4 pontos percentuais de uma geração a outra, sendo ainda mais acentuada entre a população feminina, 11 pontos percentuais. Se levarmos em conta que essa população nasceu por volta dos anos de 1960 e entrou em idade escolar a partir dos anos de 1967- 1970, essa significativa marca provavelmente se deve à intensificação de processos de urbanização, iniciados em 1950, com o consequente acesso a mais equipamentos culturais e educacionais. Deve-se, ainda, à implementação de vários programas como, por exemplo, Movimento de Educação de Base (MEB) (1960), Movimento de Cultura Popular (MCP) (1961) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (1967). As taxas continuam a cair, mas o percentual demonstra decréscimo, de 3,3 para 2,7 e de 1,4 para 0,2 e 0,3 pontos percentuais, de uma geração à outra. Se a marca já é próxima a zero entre adolescentes, ainda totalizamos uma taxa de 6,6%, se levarmos em conta apenas a população maior de 15 anos. Segundo dados do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,6% equivaleria a mais de 13 milhões de pessoas.

Como ilustração complementar a essa tabela, os dados do Gráfico 6.1 demonstram uma discrepância muito acentuada quando se compara a taxa de analfabetismo das Regiões Sul e Sudeste com as das Regiões Norte e Nordeste. A Região Nordeste aparece sozinha com 13,9 pontos percentuais de analfabetos maiores de 15 anos, contra 3,3 no Sul e no Sudeste. A marca total de 6,6 pontos percentuais na média brasileira esconde, assim, uma enorme desigualdade regional no que diz respeito ao acesso mínimo à escolaridade.

Sobre esse acesso à escolarização, a média de anos de estudo da população brasileira – com índices ligeiramente mais elevados entre a população feminina – é de 9,3. E a Tabela 6.2 indica uma sensível elevação dos anos de escolaridade nas gerações de jovens entre 19 e 25 anos, apontando para uma curva ascendente. Essa variação parece resultado imediato das alterações prevista pela Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, em cujo Art. 32 fica estabelecido que o ensino fundamental obrigatório terá duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade. (BRASIL, 2006).

Se ressaltarmos que a geração atualmente na casa dos 19-25 anos entrou em idade escolar entre os anos 2002-2007, outro dado digno de nota para explicar essa curva são os programas sociais condicionados à frequência escolar dos anos 2000. Segundo Paul Glewwe e Ana Lucia Kassouf:

benefits conditional on school attendance in the 2000s. According to Paul Glewwe and Ana Lucia Kassouf:

The Bolsa Escola Program, renamed as Bolsa Família in 2004, grants financial benefits to families in poverty conditions as long as their children are enrolled in school (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

Graph 6.2 shows a clear rising trend in the number of years attended, concentrated in the generation whose start in school life took place in the 2000s, opposite to the schooling years of previous generations.

Table 6.3 presents the bottlenecks of access to higher schooling levels: 32.2% of the Brazilians stop their studies at the elementary level, without finishing it. That figure increases by up to three percentage points in comparison with the preceding year, with a higher average in the North and Northeast Regions, the rates of which record an increase of six and five percentage points, respectively (COSTA-LEITE, 2018). The difference can be seen as a gain in relation to the decrease in the rates of persons without schooling. That is, higher percentage points in the North and Northeast indicate a somewhat relevant improvement in relation to the problem dealt with in Graph 6.1. Table 6.3 indicates that, when the stage of the first nine years is overcome, regional disparities are less striking and only observed again in terms of the access to higher education, which is concentrated in the Southeast and Central-West. Without taking into consideration the specific case of higher education, which we will deal with below, major inequalities are at the base of society and concentrated in elementary education.

Table 6.4 promotes a reflection about which mechanism is more helpful to Brazilian students, given the fact that most of our youth have not completed either elementary or high school. At both levels, public education is predominant, and fulfills 93.2% of the demand for high school in areas such as the North of Brazil.

The main challenges to face – the minimum access to learned culture and the overcoming of schooling years up to the secondary and higher levels of education – are mostly a duty of the public system, with percentages of 82.5, in the case of elementary school, and of 87.8, in the case of high school. The clear difficulties faced to complete the nine years of elementary school that grant access to professional educational levels should be evaluated. The rise in years of schooling, fostered by public initiatives of the school network and by policies directed at the distribution of income conditioned to school attendance, is undoubtedly a noteworthy result.

O programa Bolsa Escola, rebatizado em 2004 como Bolsa Família, concede benefícios para famílias em situação de pobreza que tenham crianças até 15 anos de idade, com a condição de que as crianças estejam matriculadas na escola. (GLEWWE; KASSOUF, 2008)

O Gráfico 6.2 oferece claramente essa curva ascendente no número de anos cursados, concentrada na geração cuja entrada no universo escolar se deu nos anos 2000, em contraste com os anos de escolaridade das gerações anteriores.

A Tabela 6.3 põe em cena os gargalos do acesso aos níveis superiores de escolarização: 32,2% dos brasileiros interrompem seus estudos no nível fundamental, sem completá-lo. Esse número sofre crescimento de três pontos percentuais em relação ao ano anterior, com uma média maior no Norte e Nordeste, regiões cujas taxas têm um crescimento de seis e cinco pontos percentuais, respectivamente (COSTA-LEITE, 2018). Tal diferença pode ser vista como um ganho em relação ao decréscimo das taxas de pessoas sem instrução. Ou seja, esses pontos percentuais mais acentuados no Norte e Nordeste apontam para sensível melhora em relação ao problema apontado no Gráfico 6.1. A Tabela 6.3 sinaliza que, vencida a etapa dos nove anos iniciais, as disparidades regionais são menos acentuadas e só voltam a aparecer em relação ao acesso ao ensino superior, concentrado no Sudeste e no Centro Oeste. Sem levar em conta a situação específica do ensino superior, que trataremos a seguir, as grandes desigualdades estão localizadas na base da sociedade, concentradas no ensino fundamental.

A Tabela 6.4 permite pensar qual o mecanismo que mais atende aos estudantes brasileiros, se levarmos em conta que a maioria dos nossos jovens possuem fundamental incompleto ou ensino médio. Em ambos os níveis, o ensino público é absolutamente predominante, chegando a atender 93,2 % da demanda por educação de nível médio em regiões como o Norte do Brasil. Os grandes gargalos a serem enfrentados – o acesso mínimo à cultura letrada e a superação dos anos formativos até os níveis médios e superiores de formação – são majoritariamente papel da rede pública de ensino, com percentuais de 82,5, no caso do ensino fundamental, e 87,8, no caso do ensino médio. As dificuldades patentes para se vencer os nove anos iniciais do ensino fundamental que dão acesso aos níveis profissionalizantes de educação precisam ser avaliadas. Mas é sem dúvida um resultado notável a elevação dos anos de estudos da população, fomentado por iniciativas públicas da rede de ensino e mesmo por políticas direcionadas à distribuição de renda condicionada à vida escolar.

A Tabela 6.5 nos mostra que a atenção ao pré-escolar avança em direção também aos anos iniciais da infância. A tabela não traz dados sobre o ensino pré-escolar,

Table 6.5 illustrates that the attention to pre-school advances towards the early years of childhood. The table does not present data on pre-school education, but about the service rendered to early childhood by day care centers. The public segment is in charge of most of it: 78.2%. Coverage seems defective even in better-served areas, such as the South and Southeast, where the access of children does not reach 45%. It is high, though, in comparison with the 17.6% observed in the North Region. Early childhood care is still relatively recent, being, to a great extent, a consequence of new forms of urban sociability, the main aspects of which are family fragmentation, insertion of mothers in the labor market, and great distances between work and home, due to the expansion of city outskirts. These elements maybe can explain regional differences that are probably related to other urban, social and family-related dynamics. No matter what, the attention to pre-school may be a tool to overcome the challenges of primary education, a key point in school dropout, and an element that certainly hinders the access to better cultural and professional qualification.

About higher education qualification, a brief note: in these segments, the offer of positions by the private initiative surpasses that of the public system in the entire country, being concentrated in the South-Southeast and in the Central-West Regions. One cannot demand an integrated professional and educational project from the public initiative. At most, it is possible to regulate and incorporate it to quantitative and qualitative demands, by means of agencies such as the Secretariat for Regulation and Supervision of Higher Education (Seres) of the Ministry of Education. In this respect, attention has been given to higher education – having the public segment as a priority, but also including the private one, with initiatives such as the Student Financing Fund (FIES) – in its organizational role. According to the economist Cristina de Carvalho, university expansion in the period 2003-2010 aimed at:

a systemic and interdependent group of seven pillars: autonomy, centralization of decisions, evaluation, teacher qualification, curriculum flexibility, expansion and funding, which contributed to governmental intervention for the sake of expansion of higher education (CARVALHO, 2014).

It is not our intention to evaluate the guidelines, but it is noticeable that the policy considered the expansion in the number of professionals and teachers that can be somewhat integrated to regional demands. The higher education deficit is clear, as evidenced in the proportion of graduating students: 17.4% (Table 6.3). Such figures have a direct effect

mas sobre o atendimento à primeira infância na forma de creches. O atendimento a essa faixa etária está em sua maior parte a cargo do poder público, 78,2%. Mas a abrangência parece deficitária mesmo nas regiões mais bem aprovisionadas, como o Sul e o Sudeste. As porcentagens de crianças atendidas não chegam a 45%. São, todavia, altas se comparadas aos 17,6% do Norte. A atenção à primeira infância ainda é relativamente recente, deriva em larga medida de novas formas de sociabilidade eminentemente urbana, cujos principais aspectos são a fragmentação familiar, a entrada das mães no mercado de trabalho, as grandes distâncias entre trabalho e casa, com o aumento das periferias. Esses elementos talvez expliquem as diferenças regionais, que provavelmente respondem a outras dinâmicas urbanas, sociais e familiares. De qualquer modo, a atenção à pré-escola pode ser uma ferramenta para vencer os desafios da educação continuada, sobretudo o desafio do ensino fundamental, ponto nodal da evasão, que gera evidentes dificuldades de acesso aos níveis de formação cultural e profissional mais qualificados.

Sobre a qualificação de nível superior, uma breve nota: nesses extratos, a oferta de vagas pela iniciativa privada supera a rede pública em todo o Brasil, com concentração no Sul-Sudeste e Centro Oeste. Não se pode cobrar da livre iniciativa um projeto integrado educacional e profissional. No limite, pode-se regulamentá-la e integrá-la às demandas quantitativas e qualitativas, por meio de órgãos federais como a Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (Seres) do Ministério da Educação. Nesse sentido, houve uma atenção ao ensino superior – priorizando o âmbito público, mas sem esquecer o privado, com iniciativas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – em seu papel organizacional. Segundo a economista Cristina de Carvalho, a expansão universitária dos anos de 2003-2010 teve em vista:

um conjunto sistêmico interdependente de sete pilares, a saber: autonomia, centralização do poder decisório, avaliação, formação de professores, flexibilização curricular, expansão e financiamento, que contribuíram para intervenção do Poder Público em prol da expansão da educação superior. (CARVALHO, 2014).

Não nos cabe aqui avaliar as diretrizes, mas nota-se que a política levava em conta a expansão de profissionais e de docentes de modo minimamente integrado às demandas regionais. O déficit de formação superior é ainda hoje notório, como mostra a marca de 17,4% de concluintes (Tabela 6.3). Tais números incidem diretamente não só na qualificação docente – e no consequente sucesso escolar em todos os níveis –, mas também na formação de quadros profissionais em geral. O ensino superior tem função estratégica no fomento de melhorias qualitativas, não apenas na educação. E, sem atentar às diferenças regionais de acesso aos níveis profissionais superiores,

not only on teacher qualification – and on the subsequent success of education at all levels –, but also on the formation of professional staffs in general. Higher education has a strategic function in the incentive to qualitative improvements, not only in education. Without a specific focus on them, regional differences of access to higher professional levels, which are already visible due to the preponderance of free enterprise, can record an increase.

Table 6.6 brings general data on access to school by age groups. It is noteworthy the jump from 27.0% to 44.0% in relation to schooling from a generation to another around the 2000s. If that leap in quality of the 2000 generation, with an impact from the changes in legislation and from income distribution policies, stands out, the figure of 89.2% hit by the following generation is even more relevant. As put by Glewwe and Kassouf:

Many studies have shown that income transfer programs with conditional benefits lead to the rise of school enrollment for children, reduction of child labor, improvement of the nutritional and health conditions of children and reduction of income inequality. (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

If the impact on the number of schooling years means less dropout, this table indicates the continuous growth of the number of students in the school network. For the initial years of schooling, from ages 6 to 14, we have almost reached universal access to education, about 99% in all the Major Regions. That long-lasting inclusion impact undoubtedly relates to the capacity of the educational system to receive new students and to keep them longer in school, in all Major Regions homogeneously. A double approach, based on quantity and quality, appears in the comparison between years of schooling and number of students, founded on significant changes effected in the sociocultural structure of student admission in the past two generations.

References

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1.

CARVALHO, C. H. A. de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São

atualmente já notáveis sobretudo pela preponderância da livre iniciativa, elas podem vir a se acentuar.

A Tabela 6.6 traz dados gerais do acesso à escola por faixas etárias. É patente o salto de 27,0% para 44,0% em relação à escolaridade de uma geração à outra por volta dos anos 2000. Se esse salto quantitativo da geração 2000, impactada pelas alterações na legislação e pelas políticas de distribuição de renda, já é notável, a marca de 89,2 % alcançada na geração seguinte é ainda mais significativa. Como nos lembram Glewwe e Kassouf:

Vários estudos têm mostrado que programas de transferência condicionada de renda aumentam o número de crianças matriculadas, reduzem o trabalho infantil, melhoram o estado nutricional e de saúde das crianças e até diminuem a desigualdade de renda. (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

Se o acréscimo no número de anos escolares cursados pressupõe menos evasão, essa tabela sinaliza a continuidade crescente no número de estudantes alcançados pela rede escolar. Nos anos de escolarização inicial, dos 6 aos 14 anos, atingimos praticamente a marca de universalização de acesso, por volta de 99 %, em todas as regiões. Esse impacto inclusivo duradouro evidentemente está ligado à capacidade da rede educacional de dar conta de receber novos estudantes e de mantê-los por mais tempo na escola, em todas as regiões de modo homogêneo. Uma dupla visada, quantitativa e qualitativa, delinea-se na comparação entre número de anos de estudo e número de estudantes abarcados pela escolarização, ambas alicerçadas em mudanças significativas na estrutura sociocultural de acolhimento dos alunos ocorridas nas duas últimas gerações.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1.

CARVALHO, C. H. A. de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/archive>>. Acesso em: maio 2020.

Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Available from: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/archive>>. Cited: May 2020.

COSTA-LEITE, A. Educação. *Brasil em números*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, p.151-16, 2018. Available from: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72>>. Cited: May 2020.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. The Impact of the Bolsa Escola/Familia conditional cash transfer program on enrollment, grade promotion and drop out rates in Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Niterói, RJ. Anais... Niterói, RJ: Anpec, 2008. Available from: < <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2008/default1.htm>>. Cited: May 2020.

Translated by: Aline Milani Romeiro Pereira

COSTA-LEITE, A. Educação. *Brasil em números*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, p.151-16, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72>>. Acesso em: maio 2020.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. The Impact of the Bolsa Escola/Família conditional cash transfer program on enrollment, grade promotion and drop out rates in Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Niterói, RJ. *Anais...* Niterói, RJ: Anpec, 2008. Disponível em: < <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2008/default1.htm>>. Acesso em: maio 2020.

Tabela 6.1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2019

Table 6.1 - Illiteracy rate of persons 10 years old and over, by sex and age groups - Brazil - 2nd. Quarter 2019

Grupos de idade/ Age groups	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade/ Illiteracy rate of persons 10 years old and over (%)		
	Total/ Total	Homens/ Male	Mulheres/ Female
Total/Total	6,2	6,5	5,9
10 a 14 anos/ 10 to 14 years old	1,4	1,9	1,0
15 anos ou mais/ 15 years old and over	6,6	6,9	6,3
15 a 19 anos/ 15 to 19 years old	0,7	0,9	0,4
20 a 24 anos/ 20 to 24 years old	1,0	1,3	0,6
25 a 29 anos/ 25 to 29 years old	1,2	1,7	0,8
30 a 39 anos/ 30 to 39 years old	2,6	3,4	1,9
40 a 49 anos/ 40 to 49 years old	5,3	6,4	4,3
50 a 59 anos/ 50 to 59 years old	8,6	9,6	7,7
60 anos ou mais/ 60 years old and over	18,0	18,0	18,0

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Tabela 6.2 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2019
Table 6.2 - Average of years of schooling of persons 10 years old and over, by sex and age groups - Brazil - 2nd. Quarter 2019

Grupos de idade/ Age groups	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade/ Average of years of schooling of persons 10 years old and over		
	Total/ Total	Homens/ Male	Mulheres/ Female
Total/ Total	9,3	9,1	9,6
10 a 14 anos/ 10 to 14 years old	5,6	5,5	5,7
15 anos ou mais/ 15 years old and over	9,7	9,4	9,9
15 a 17 anos/ 15 to 17 years old	9,2	8,9	9,4
18 anos ou mais/ 18 years old and over	9,7	9,5	9,9
18 ou 19 anos/ 18 or 19 years old and over	10,9	10,6	11,2
20 anos ou mais/ 20 years old and over	9,6	9,4	9,8
20 a 24 anos/ 20 to 24 years old	11,6	11,3	12,0
25 anos ou mais/ 25 years old and over	9,4	9,2	9,6
25 a 29 anos/ 25 to 29 years old	11,8	11,4	12,2
30 a 39 anos/ 30 to 39 years old	11,3	10,8	11,6
40 a 49 anos/ 40 to 49 years old	9,9	9,4	10,3
50 a 59 anos/ 50 to 59 years old	8,8	8,5	9,0
60 anos ou mais/ 60 years old and over	6,6	6,6	6,6

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Tabela 6.3 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e o nível de instrução - 2º trimestre de 2019

Table 6.3 - Distribution of persons 25 years old and over, by Major Regions, sex and level of schooling - 2nd. Quarter 2019

(continua/continues)

Sexo e nível de instrução/ Sex and level of schooling	Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade/ Distribution of persons 25 years old and over (%)					
	Brasil/ Brazil	Grandes Regiões/Major Regions				
		Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro- Oeste/ Central West
Total/ Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução/ No primary education	6,4	7,4	12,9	3,5	3,5	5,6
Fundamental incompleto/ Incompleted lower secondary education or less	32,2	35,1	36,2	29,0	34,0	31,2
Fundamental completo/ Completed lower secondary education	8,0	6,8	6,4	8,7	9,9	6,8
Médio incompleto/ Incompleted upper secondary education	4,5	5,2	4,5	4,3	4,5	5,5
Médio completo/ Completed upper secondary education	27,4	28,3	24,8	29,6	25,7	26,1
Superior incompleto/ Incompleted tertiary education	4,0	3,8	3,0	4,4	4,5	4,5
Superior completo/ Completed tertiary education	17,4	13,5	12,1	20,5	17,9	20,2
Homens/ Male	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução/ No primary education	6,6	8,0	14,1	3,2	3,0	5,9
Fundamental incompleto/ Incompleted lower secondary education or less	33,9	38,6	38,9	29,8	34,8	33,7
Fundamental completo/ Completed lower secondary education	8,3	7,0	6,5	9,0	10,6	7,5
Médio incompleto/ Incompleted upper secondary education	4,9	5,7	4,7	4,8	4,7	6,1
Médio completo/ Completed upper secondary education	27,1	26,5	23,4	29,9	26,3	25,0
Superior incompleto/ Incompleted tertiary education	4,2	3,5	2,9	4,8	4,8	4,5
Superior completo/ Completed tertiary education	15,1	10,8	9,5	18,5	15,9	17,3

Tabela 6.3 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e o nível de instrução - 2º trimestre de 2019

Table 6.3 - Distribution of persons 25 years old and over, by Major Regions, sex and level of schooling - 2nd. Quarter 2019

Sexo e nível de instrução/ <i>Sex and level of schooling</i>	(conclusão/concluded) Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade/ <i>Distribution of persons 25 years old and over (%)</i>					
	Brasil/ Brazil	Grandes Regiões/Major Regions				
		Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro- Oeste/ Central West
Mulheres/ Female	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução/ <i>No primary education</i>	6,3	6,9	11,9	3,8	3,9	5,4
Fundamental incompleto/ <i>Incompleted lower secondary education or less</i>	30,8	31,8	33,9	28,3	33,4	29,1
Fundamental completo/ <i>Completed lower secondary education</i>	7,7	6,6	6,3	8,4	9,3	6,2
Médio incompleto/ <i>Incompleted upper secondary education</i>	4,2	4,8	4,3	3,8	4,3	5,0
Médio completo/ <i>Completed upper secondary education</i>	27,7	29,9	26,0	29,4	25,1	27,0
Superior incompleto/ <i>Incompleted tertiary education</i>	3,9	4,1	3,2	4,1	4,3	4,5
Superior completo/ <i>Completed tertiary education</i>	19,4	15,9	14,3	22,2	19,7	22,8

Fonte/Source : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Tabela 6.4 - Distribuição das pessoas que frequentavam escola ou creche, por Grandes Regiões, segundo o nível e a rede de ensino que frequentavam - 2º trimestre de 2019

Table 6.4 - Distribution of persons who attended school or nursery, by Major Regions, level of schooling and type of school attended - 2nd. Quarter 2019

Nível e rede de ensino que frequentavam/ Level of schooling and type of school attended	Distribuição das pessoas que frequentavam escola ou creche/ Distribution of persons who attended school or nursery (%)					
	Brasil/ Brazil	Grandes Regiões/Major Regions				
		Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro-Oeste/ Central West
Creche/ Nursery	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública/ Public	78,2	83,1	76,3	78,7	77,6	77,9
Particular/ Private	21,8	16,9	23,7	21,3	22,4	22,1
Pré-escolar/ Pre-primary	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública/ Public	72,3	83,2	66,2	72,6	77,6	73,3
Particular/ Private	27,7	16,8	33,8	27,4	22,4	26,7
Fundamental (1)/ Primary and lower secondary	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública (1)/ Public (1)	82,5	91,8	81,8	79,0	85,5	83,1
Particular (1)/ Private (1)	17,5	8,2	18,2	21,0	14,5	16,9
Médio/ Upper secondary	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública/ Public	87,8	93,2	91,4	84,6	85,4	86,4
Particular/ Private	12,2	6,8	8,7	15,4	14,6	13,6
Superior (2)/ Tertiary education (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública (2)/ Public (2)	26,2	31,2	33,5	22,3	24,2	25,4
Particular (2)/ Private (2)	73,8	68,8	66,5	77,7	75,8	74,6

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Inclusive os estudantes de classe de alfabetização. (2) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado./ (1) Including the students of literacy classes. (2) Including the students of master and doctoral programs.

Tabela 6.5 - Taxa de frequência a creche das crianças de 0 a 3 anos de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2º trimestre de 2019

Table 6.5 - Attendance rate to nursery of children 0 to 3 years old, by sex and Major Regions - 2nd. Quarter 2019

Grandes Regiões/ Major Regions	Taxa de frequência a creche das crianças de 0 a 3 anos de idade/ Attendance rate to nursery of children 0 to 3 years old (%)		
	Total/ Total	Homens/ Male	Mulheres/ Female
Brasil/ Brazil	35,6	35,0	36,2
Norte/ North	17,6	17,9	17,3
Nordeste/ Northeast	31,3	30,4	32,3
Sudeste/ Southeast	42,4	41,9	42,8
Sul/ South	43,3	42,6	44,0
Centro-Oeste/ Central West	28,2	28,3	28,1

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Gráfico 6.1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 2º trimestre de 2019

*Graph 6.1 - Illiteracy rate of persons 15 years old and over
2nd. Quarter 2019*

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Tabela 6.6 - Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo - 2º trimestre de 2019

Table 6.6 - Attendance rate of persons 4 years old and over, by Major Regions, age groups and sex - 2nd. Quarter 2019

Grupos de idade e sexo/ Age groups and sex	Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade/ Attendance rate of persons 4 years old and over (%)					
	Brasil/ Brazil	Grandes Regiões/ Major Regions				
		Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro- Oeste/ Central West
4 ou 5 anos/ 4 to 5 years old	92,9	86,6	95,8	94,3	91,8	87,3
Homens/ Male	93,0	86,5	95,6	95,1	91,4	86,0
Mulheres/ Female	92,8	86,6	95,9	93,4	92,3	88,6
6 a 14 anos/ 6 to 14 years old	99,7	99,3	99,6	99,9	99,7	99,6
Homens/ Male	99,7	99,2	99,7	99,8	99,6	99,5
Mulheres/ Female	99,7	99,3	99,6	99,9	99,7	99,7
7 a 14 anos/ 7 a 14 years old	99,7	99,4	99,7	99,9	99,8	99,7
Homens/ Male	99,7	99,4	99,7	99,9	99,8	99,7
Mulheres/ Female	99,7	99,4	99,7	99,9	99,8	99,7
15 a 17 anos/ 15 to 17 years old	89,2	88,7	88,0	89,1	91,6	90,7
Homens/ Male	89,6	89,0	88,5	89,5	91,4	92,0
Mulheres/ Female	88,7	88,4	87,5	88,6	91,8	89,2
18 ou 19 anos/ 18 to 19 years old	44,0	48,1	45,8	40,4	45,4	47,3
Homens/ Male	43,7	49,4	46,2	39,9	43,3	46,3
Mulheres/ Female	44,3	46,9	45,4	40,8	47,7	48,6
20 a 24 anos/ 20 to 24 years old	27,5	26,9	25,7	27,5	30,2	29,9
Homens/ Male	25,0	26,5	23,6	25,1	25,6	26,2
Mulheres/ Female	30,0	27,3	27,7	29,9	34,8	33,7
25 anos ou mais/ 25 years old and over	4,5	5,3	4,5	4,2	4,6	5,5
Homens/ Male	4,0	4,2	3,9	3,8	4,1	4,8
Mulheres/ Female	5,0	6,3	5,1	4,5	5,0	6,1

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Gráfico 6.2 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Brasil - 2º trimestre de 2019

Graph 6.2 - Average years of schooling of persons 10 years old and over, by age groups - Brazil - 2nd. Quarter 2019

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.